

SUBCOMITÊ PERMANENTE DE ZELADORIA URBANA - DECRETO 59.249/2020
RESUMO EXECUTIVO da 26ª Reunião, 30 de novembro de 2022

Conselheiros/as titulares presentes: Maria Luiza Burgareli (SMDHC), Roseli Kraemer (RPR), Alderon Costa (Rede Rua), Priscila Ramos (SEFRAS), Humberto Gomes (SMSUB);

Conselheiros/as suplentes presentes: Lindalva Ferreira (RPR), Robson Mendonça (MEPSR). **Demais presentes:** Denise Azevedo, Giovanna Carlos (SMDHC), Júlia Lima (Gabinete Eduardo Suplicy), Bia Clemente (Chá do Padre), Mariana Coelho (CDHLG), Sheila Marcolino, Luciana Ribas, Ruan Oliver (CDHLG), Wilherson Luiz (DPE).

A Sra. **Luciana Ribas** se apresentou como pesquisadora e representante do Fórum de Defesa da População de Rua da Cidade de São Paulo.

Foram apresentados e discutidos os pontos de balanços do comitê:

- Sistematização de fluxo de denúncias de zeladoria urbana;
- Desenvolvimento do monitoramento de denúncias;
- Relatório de monitoramento das denúncias;
- Estabelecimento de pontos focais das subprefeituras de maior concentração de pessoas em situação de rua;
- Formações Subprefeitura da Vila Maria-Vila Guilherme e Subprefeitura de Santana-Tucuruvi (50 pessoas);
- Formação GCM (6 turmas de 60 pessoas- 360 pessoas);
- Formação Polícia Civil (45 pessoas);
- Maior articulação com ODH- presença constante no Subcomitê;
- Elaboração de planilha de contatos das CPOs de todas as Subprefeituras;
- Recebimento de relatórios mensais de abordagem de SEAS.

Obteve-se a ideia de integrar mais o MP (Ministério Público) e outros órgãos judiciários no espaço do comitê. Foi falado também sobre:

- Articulações com Ouvidoria Geral do Município;
- Estabelecimento de GTI de Zeladoria Urbana na Subprefeitura da Sé;
- Distribuição, pelas equipes de ponta (SEAS e CNR) de panfleto informativo sobre Zeladoria Urbana;
- Reunião semestral com 6 pontos focais das 6 Subprefeituras de maior concentração de pessoas em situação de rua

Após apresentado o planejamento de ações do Subcomitê para 2023 deu-se seguimento aos trabalhos da reunião.

O Sr. **Robson Mendonça** (MEPSR) pediu devolutiva dos casos, demonstrando angústia em relação a isso. Alderon também manifestou essa angústia e completou que defensoria e MP também tem a mesma sensação, sobretudo problema em resposta.

O Sr. **Humberto** (SMSUB) relatou conseguir a tabela de horários da sub da vila mariana, vai conseguir participação no espaço do subcomitê. O Sr. **Alderon Costa** (Rede Rua) pensou em uma campanha para constranger a zeladoria, além de continuar com a denúncia, e melhorar o caminho das denúncias, e a qualidade da denúncia. Sugere juntar os processos e enviar para o MP e Defensoria, mas não por conta da SMDHC. A Sra. **Luciana Ribas** sugeriu usar a repercussão da ADPF no STF para dar força ao tema.

O Sr. **Wilherson Luiz** (DPE): “Malu e conselheira/os, acho que se houver uma avaliação de que a apuração cabal pelos órgãos internos esteja inviabilizando o processamento das denúncias, talvez assim que as denúncias chegarem minimamente instruídas, com local da ação, órgãos identificados e pessoas que sofreram a ação puderem ser ouvidas, talvez fosse o caso de já acionar a Defensoria e o MP.” Em relação ao caso denunciado pelo CPD, o mesmo comentou “essa ação mesmo em que o responsável da Sub Sé foi alertado da irregularidade e mesmo assim manteve a ação, já é suficiente para ingressarmos com uma ação...”

Foi sugerido colocar a proibição de jatos d’água em locais de concentração de população em situação de rua dentro da legislação. Além disso, a sra. Luciana Ribas sugeriu atuar na construção das cláusulas contratuais, reforçando as imposições do decreto. A mesma ressaltou a importância de continuar as formações com os profissionais que atuam na ponta.

Os encaminhamentos da reunião foram os pontos do planejamento do espaço.